



A ASPP/PSP acusou o Governo de não ter negociado, pois as propostas apresentadas pela ASPP/PSP não foram valorizadas, nem acolhidas. Demonstramos a arrogância financeira como um imperativo dos últimos governos, o que também é perceptível na forma atual de governar.

As fraquezas de um ministério

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) marcou presença hoje na reunião de negociação suplementar no âmbito da negociação do suplemento de risco realizada no Ministério da Administração Interna (MAI).

A reunião nada acrescentou ao já comunicado nas anteriores. Ainda assim, a **ASPP/PSP** – que sempre demonstrou total disponibilidade para todas as iniciativas que tivessem como objetivo o contributo para a atribuição do suplemento de risco aos polícias - marcou presença.

Esta presença, informamos, relacionada com a forma coerente como assumimos desde o início este processo, com máxima responsabilidade, seriedade e espírito construtivo.

Salientamos, no entanto, que existem dinâmicas sindicais questionáveis. Muitos dos que apregoam união, imediatamente a anulam. A **ASPP/PSP** foi o único sindicato presente na reunião, à exceção do sindicato requerente para a negociação suplementar.

A **ASPP/PSP** apontou críticas ao Governo pela forma como geriu o processo e como confundiu tudo. Colocou o risco num suplemento já existente, não criando um quadro legislativo próprio, independente, conforme seria expectável. O Governo interpretou a norma do orçamento de estado da forma que lhe foi mais conveniente, contudo, da forma pior, na opinião da **ASPP/PSP**.



ASPP/PSP

Associação Sindical
dos Profissionais
da Polícia

A **ASPP/PSP** acusou o Governo de não ter negociado, pois as propostas apresentadas pela **ASPP/PSP** não foram valorizadas, nem acolhidas. Demonstramos a arrogância financeira como um imperativo dos últimos governos, o que também é perceptível na forma atual de governar.

Relativamente às contas de médias salariais e de suplementos que o Governo anunciou na opinião pública, referimos a conhecida história do "copo meio cheio, meio vazio". Os números sempre permitiram fazer a ilustração da forma como é mais conveniente, em função da parte que o pretende. Trata-se de uma questão de comunicação política, no entanto, referimos a realidade da PSP, ou seja, salários muito aquém do referido na comunicação social pelo secretário de Estado, ausência de pagamento por trabalho suplementar e de suplemento de prevenção como noutras forças e serviços de segurança, algo que o secretário de Estado sabe, mas omite ou contorna nas suas intervenções públicas.

Reportamos que no atual ponto de situação deste processo, o primeiro-ministro é o responsável pelo mesmo.

Informamos que continuaremos na luta por uma maior valorização do suplemento de risco.

Demos nota da importância de uma perspetiva de efetivação, no que diz respeito à valorização remuneratória, por via das respetivas tabelas remuneratórias. Adiantamos uma necessária, imediata avaliação e reestruturação dos suplementos remuneratórios em vigor, algo para o qual demonstramos desde já a nossa disponibilidade para negociar, tendo em conta não só essa necessidade, mas também os abusos praticados em desconformidade constante na atribuição do suplemento de piquete, no fracionamento pontual do suplemento de patrulha, na ausência de um suplemento de prevenção na PSP.

Indicamos ao MAI que deveria ter um papel de maior firmeza no seio do Governo, pela realidade que se atravessa na PSP e estado de espírito dos seus profissionais.

#ParaNossaDefesa

A Direção da ASPP/PSP